

É um absurdo que o professor, após lecionar por três anos e 11 meses na rede estadual, tenha que ficar afastado, fora da rede estadual, por 180 dias. É um rompimento do contrato. O professor fica sem vínculo empregatício com o Estado. É um absurdo.

O governo anunciou que vai demitir 30 mil professores categoria “O” e vai contratar outros 30 mil precarizados também. Ele não vai chamar os professores concursados, aprovados no concurso de PEB I e PEB II. É um absurdo total.

Então, nós temos a saída. Nós estamos denunciando, mas anunciando a saída também, porque nós cobramos, fiscalizamos o Poder Executivo, mas nós apresentamos propostas e soluções várias. Tanto é que nós temos projetos de lei para a Educação, indicações, apresentamos propostas nas comissões e diretamente em audiências que vão à Secretaria da Educação.

A questão é que nós não somos ouvidos pelo governo, pelo Executivo, mas as soluções nós apresentamos, e são muitas. Então, até para rebater aqui as críticas que dizem que o Giannazi só denuncia, só critica o governo. Não, nós criticamos, denunciamos, fiscalizamos, porque é nossa função. Nós fomos eleitos também para, sobretudo, fiscalizar o Executivo. É uma função importante do Poder Legislativo, de cada deputado e de cada deputada.

Por isso nós apresentamos o Projeto de lei Complementar nº 24, de 2015, que foi construído coletivamente por muitos professores, pelo Magistério estadual, sobretudo pelos professores categoria “O”.

O projeto já foi aprovado em todas as comissões, já tem requerimento de urgência, para que ele seja aprovado em regime de urgência, porém não foi aprovado ainda. O governo obstrui a sua votação na Assembleia Legislativa.

O próprio Nalini, secretário da Educação, já reconheceu a importância da proposta da alteração da Lei nº 1.093. Neste momento em que um projeto da área da Educação está sendo discutido e votado na Assembleia Legislativa, eu gostaria de pedir o apoio dos deputados e das deputadas para que nós possamos aprovar o Projeto de lei Complementar nº 24, de 2015 e resolver essa situação.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Wellington Moura e Fernando Cury para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, posso já deixar consignado o pedido de prorrogação dos nossos trabalhos por duas horas e 30 minutos?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Na verdade, é preciso constatar quórum para fazer o pedido.

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Wellington Moura e Fernando Cury.

Continua com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos nossos trabalhos por duas horas e 30 minutos. O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o pedido do deputado Barros Munhoz. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PRB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PRB.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSDB.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

A SRA. MARTA COSTA - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PP está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PP.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, o deputado Barros Munhoz foi infeliz. Quero lamentar essa articulação rasteira, leviana, que foi feita aqui nesta noite. Não é assim que este Parlamento tem que funcionar. Não é assim. Nós fizemos um acordo, Sr. Presidente, há uma semana, que essa PEC seria votada. O deputado Barros Munhoz me informa que, de maneira rasteira, foi feito um acordo desse nível, para impedir que fosse cumprido o acordo. Quero requerer a V. Exa. que amanhã paute essa PEC.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vai ser pauta-da amanhã, deputado Campos Machado, conforme o acordo. O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Eu não posso aceitar rasteira nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, foi feito acordo no Colégio de Líderes e todos os acordos precisam ser cumpridos. Infelizmente, nós não...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, quero retirar o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Dessa forma, está aprovada a prorrogação dos nossos trabalhos por 2 horas e 30 minutos.

Em votação o Projeto de lei nº 860, de 2016, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a Emenda nº 01, com parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: PEC nº 01, de 2017.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, declaro voto favorável à emenda do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de voto favorável à emenda do PT.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Quero fazer uma declaração de voto.

Sr. Presidente, esse não é o texto dos sonhos. Nós votamos contra um projeto que proíbia, e agora o governador faz um texto que mantém a proibição do uso, exceto para finalidade pedagógica. Embora fique subentendido que a autonomia do uso é do professor, em minha opinião isso deveria estar explícito na lei. No entanto, não está.

Votarei a favor do projeto porque não podemos abrir mão de novas tecnologias, de novas linguagens, mas repito: espero que a Casa tenha a sensibilidade de, se isso virar um transtorno para professores, se ferir a autonomia do professor dentro da sala de aula, que tenhamos agilidade para reformar, se necessário, essa lei aprovada. Voto favorável, mas mantenho essas ressalvas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Manifesto o nosso apoio à emenda apresentada pelo PT.

Faço um destaque, porque o Art. 1º do projeto que nós estamos aprovando, na verdade, diz o seguinte: "Ficam os alunos proibidos de utilizar telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário das aulas, ressalvado o uso para finalidades pedagógicas". Nós já tínhamos votado, anteriormente, um projeto de lei proibindo. Continua proibido o uso de celular. Só pode ser utilizado celular com autorização do professor. Sem autorização do professor, o aluno não pode utilizar o telefone em sala de aula, só para o trabalho pedagógico, que contribua para o processo ensino-aprendizagem. Tem que ficar muito claro isso.

Espero que, agora, a Secretaria da Educação faça uma regulamentação dentro do princípio do que foi colocado pelo Art. 1º. Continua sendo proibido o uso de celular em sala de aula. Vai depender da autorização do professor, da professora da rede estadual. Eles terão essa autonomia para autorizar ou não, de acordo com a utilização do celular para o processo pedagógico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, declaro voto favorável à emenda do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de voto favorável à emenda do PT.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 09 minutos.

10 DE OUTUBRO DE 2017 47ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão.

2 - CAMPOS MACHADO

Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h25min, reabrindo-a às 19h34min.

4 - CAMPOS MACHADO

Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h35min, reabrindo-a às 19h36min.

6 - WELLINGTON MOURA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Campos Machado e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 25 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 34 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, não há acordo de lideranças.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo acordo de lideranças, nós temos que ir à discussão da PEC nº 1, de 2017.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta será a última suspensão que esta Presidência coloca, mas depois dessa nós vamos ou levantar a sessão ou dar continuidade a ela.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Campos Machado e suspende a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 36 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 36 minutos.

11 DE OUTUBRO DE 2017 149ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: DOUTOR ULYSSES e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia visita dos alunos do curso de Direito da Universidade Anhanguera - Campo Limpo, acompanhados pelos professores Sandra Molina e Rafael Santiago, a convite do deputado Fernando Capez. Convoca sessão solene a ser realizada em 06/11, às 20 horas, para "Homenagem ao GRAAC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer com a Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo", a pedido do deputado Márcio Camargo.

2 - WELSON GASPARINI

Discorre sobre o baixo nível de confiança da população nos políticos brasileiros. Comenta casos de fraude em recebimentos de benefícios do INSS. Cita discurso de Rui Barbosa, no qual de declara envergonhado pela passividade diante da corrupção.

3 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Convoca sessão solene a ser realizada em 17/11, às 20 horas, para "Comemoração do Centenário da Portuguesa Santista", a pedido dos deputados Paulo Correa Jr e Caio França.

4 - CORONEL TELHADA

Considera que os gestores públicos atuais pouco têm realizado em prol da Segurança Pública. Mostra indicador no qual o Brasil consta como um dos países mais violentos do mundo. Considera fraca a política de Segurança Pública do governo estadual.

5 - CARLOS GIANNAZI

Lembra a comemoração do Dia do Professor, a ser realizado no próximo dia 15. Afirma que a categoria vem sendo desvalorizada paulatinamente por sucessivos governos. Cita diversas ações governamentais e projetos de lei que corroboram essa tese.

6 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

7 - WELSON GASPARINI

Agradece ao Governo Alckmin pela instalação de novo grupamento do Corpo de Bombeiros, bem como obras na área da Educação e da Saúde, em Ribeirão Preto. Declara-se satisfeito pela criação da Região Metropolitana da mesma cidade. Faz diversas solicitações ao governador para atender necessidades da população da região.

8 - WELSON GASPARINI

Pede a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h06min.

10 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.

11 - LUIZ CARLOS GONDIM

Pelo art. 82, destaca a relevância do "Outubro Rosa" de 2017 em diversos municípios paulistas. Mostra vídeo sobre o tema. Presta orientações em relação ao exame preventivo do câncer mamário. Faz apelo para que o atendimento da campanha alcance as cidades pequenas do Estado.

12 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para reclamação, mostra imagem do Cemitério Quarta Parada. Frisa que o local encontra-se, a seu ver, em mau estado de conservação.

13 - WELLINGTON MOURA

Pede o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/10, à hora regimental, sem Ordem Do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada no dia 16/10, às 10 horas, para "Homenagem à Aeronáutica Brasileira e ao seu patrono, marechal-do-ar Alberto Santos Dumont, e comemoração do Dia do Aviator". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a visita e dar as boas-vindas aos alunos do curso de Direito da Universidade Anhanguera, Campo Limpo, SP, acompanhados da Profa. Sandra Molina e do Prof. Rafael Santiago. Eles visitam a Casa a convite do nobre deputado Fernando Capez.

Sejam bem-vindos. (Palmas.)

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Márcio Camargo, convoca V. Exas., nos termos do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 6 de novembro de 2017, às 20 horas, com a finalidade de homenagear o GRAACC - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do estado de São Paulo.

Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Exmo Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: ocupo esta tribuna emocionado pelas notas que fiz para usá-la.

Quero falar sobre a malandragem acontecendo no Brasil. Está demais!

Falam que os políticos não prestam.

Foi realizada uma pesquisa sobre o nível de confiança do povo nos políticos.

A pesquisa foi realizada em 137 países e o Índice de Competitividade Global, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, é o seguinte: o Brasil está na última posição no nível de confiança dos políticos. Isto é: entre 137 países, o Brasil é aquele onde o povo confia menos nos políticos. Vamos ver o que está acontecendo no nosso País a partir de uma verdade: grande parte dos políticos não presta.

O triste é todos eles ocuparem cargos, hoje, tanto em Brasília, como nos demais estados e aqui em São Paulo porque foram eleitos. E eleitos por quem? Será que presta quem vota em candidato que não presta, não vale nada e vende o seu cargo a troco de propinas? Vamos ver como está sendo o comportamento do povo. A imprensa noticiou, recentemente, o fato do governo federal começar a passar um pente-fino em um programa chamado "Benefício de Prestação Continuada", um programa destinado aos deficientes de baixíssima renda; esse pente-fino resultou na descoberta de 60 mil benefícios irregulares. O cancelamento dessas irregularidades possibilitou, aos cofres públicos, uma economia de 670 milhões de reais. O Ministério do Desenvolvimento Social descobriu, entre as irregularidades, 17 mil pagamentos feitos a pessoas que já morreram. Como pode acontecer desses benefícios serem pagos, em um País civilizado, a 17 mil pessoas já mortas e ainda recebendo tais benefícios? Quem assinava isso como se recebesse? Quem pagava isso para os defuntos? É a malandragem tomando conta do Brasil, mas ainda tem mais: em uma investigação, foram identificadas 43 mil pessoas recebendo tal recurso mesmo possuindo renda superior ao valor fixado para se ter direito à inscrição no programa. Foram 43 mil pessoas também recebendo o dinheiro de um benefício ao qual não tinham direito. O programa atende, hoje, quase dois milhões e 500 mil deficientes e quase dois milhões de idosos. Sabem quanto custa esse programa para o governo federal? Cinquenta bilhões de reais, com parte desse dinheiro sendo roubado todos os dias, todos os meses, todos os anos. A notícia diz que foi por falta de fiscalização: ou será que essa gente paga para fiscalizar não estaria recebendo propina para pagar aqueles aos quais esses direitos não eram devidos?

As fiscalizações do governo federal estão atingindo, agora, programas como auxílio-doença, Bolsa Família e aposentadoria por invalidez, e essa fiscalização já gerou uma receita extra de 7 bilhões de reais. Vejam isto: é verdade ou mentira? Se for verdade, quem responde por isso? Nos hospitais não tem mais assistência, porque as Santas Casas e outros hospitais estão fechando os leitos hospitalares por falta de recursos. Não tem dinheiro para comprar remédios para os doentes. E temos aí sete bilhões de reais que estavam sendo roubados escancaradamente neste País.

Infelizmente, Srs. Deputados, estamos vivendo uma época incentivada pela própria sociedade de consumo, pois grande parte da população quer levar vantagem a qualquer custo. É preciso uma reação dos brasileiros. Mas reagir como? O que nós, deputados estaduais, fazemos nesta Casa? Amanhã é feriado, não se trabalha; sexta-feira não se trabalha; sábado não se trabalha. O que estamos produzindo? Vão à Brasília! Hoje, tentei falar com autoridades e parlamentares de Brasília e quase todos já foram embora. E a Nação vivendo essa situação de desespero...

Peço desculpas aos colegas presentes pelo que estou falando mas, hoje, senti aquilo escrito pelo Rui Barbosa quando afirmava: "Tenho vergonha de mim pela passividade em ouvir, sem despejar minha palavra, a tantas desculpas ditas pelo orgulho e vaidade, a tanta falta de humildade para reconhecer um erro cometido, para justificar atos criminosos". Ele continua: "Tenho vergonha de mim, pois faço parte de um povo que não reconheço, enveredando por caminhos que não quero percorrer. Tenho vergonha da minha impotência, da minha falta de garra, das minhas desilusões e de meu cansaço". Rui Barbosa termina dizendo: "Não tenho para onde ir, pois amo este meu chão, vibro ao ouvir meu hino e jamais usei a minha bandeira para enxugar o meu suor ou enrolar meu corpo na pecaminosa manifestação de nacionalidade. Ao lado da vergonha de mim, tenho tanta pena de ti, povo brasileiro".

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência, atendendo solicitação dos nobres deputados Paulo Correa Jr e Caio França, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r" do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 17 de novembro de 2017, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o centenário da Portuguesa Santista.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente Doutor Ulysses, querido deputado Welson Gasparini, assessores, funcionários, policiais militares, quero saudar os alunos do curso de direito da Universidade Anhanguera - Campo Limpo, em especial a professora Sandra Molina e o professor Rafael Santiago. Ele é quase professor; já foi promovido. Quero dizer da nossa alegria em tê-los aqui.

Telespectadores da TV Assembleia, ouvi atentamente o discurso do deputado Welson Gasparini e concordo em grau, número e gênero. Eu, como policial militar, estando deputado estadual, não preciso dizer da nossa revolta e até da nossa vergonha com o que acontece no país e, em especial, em nosso estado de São Paulo, que também tem tido muitos problemas.

Quero falar sobre Segurança Pública, que é um dos maiores problemas deste País e que ninguém valoriza. Ninguém valoriza. Na hora da campanha, todo mundo promete e fala um monte de coisas, mas depois esquece. A nossa Segurança Pública de São Paulo - os nossos homens e nossas mulheres da Segurança - está abandonada. São mais de três anos sem qualquer reajuste e ninguém fala nisso, ninguém comenta. Ontem mesmo falei da morte de mais um policial militar, mas também ninguém se preocupa com isso.